



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

Registro: 2025.0000339455

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Apelação Cível nº 1002550-16.2015.8.26.0263, da Comarca de Itaí, em que é apelante MUNICÍPIO DE ITAÍ, é apelado MARIA APARECIDA CORREA.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 14ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Negaram provimento ao recurso. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores REZENDE SILVEIRA (Presidente) E GERALDO XAVIER.

São Paulo, 4 de abril de 2025.

WALTER BARONE

RELATOR

Assinatura Eletrônica

VOTO Nº 34.349

Apelante(s): Município de Itai

Apelado(s): Maria Aparecida Correa

Comarca: Itai - Foro de Itai/Vara do Setor das Execuções Fiscais da Comarca de Itai

Juiz(a): Wallace Gonçalves dos Santos

EXECUÇÃO FISCAL. Itai. IPTU. Exercício de 2010. Sentença que julgou extinto o feito, reconhecendo, de ofício, a prescrição originária do débito fiscal. Irresignação. Descabimento. Hipótese em que evidenciada a prescrição do débito tributário antes do ajuizamento da ação. Execução ajuizada em 15/12/2015, quando já transcorrido o lustro prescricional. Desnecessidade da prévia intimação da Fazenda Pública quando verificada a prescrição inicial (Tema Repetitivo nº134 do STJ). Precedentes. Extinção mantida. Majoração dos honorários advocatícios de sucumbência que não se aplica, pela ausência de fixação de tal verba na origem. Recurso não provido.

Trata-se de recurso de apelação interposto contra a r. sentença que, em execução fiscal, reconheceu, de ofício, a prescrição originária do débito e julgou extinta a execução fiscal em tela, nos termos do art. 924, III, e art. 487, II, ambos do CPC e art. 156, V, do CTN.

A parte exequente, ora apelante, sustenta, em

síntese, a não ocorrência da prescrição, pois a ação foi ajuizada antes de decorrido o lustro prescricional quinquenal em relação ao 'dies a quo'. No mais, afirma que a r. sentença apelada incorreu em decisão surpresa, em arrepio ao artigo 10 do CPC.

Sem resposta.

É o relatório.

A irresignação não comporta acolhimento.

Como se sabe, o art. 174 do CTN estabelece que a “*ação para cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva*”.

Veja-se que, segundo o entendimento uniformizado do C. STJ no Tema Repetitivo nº 980, o marco inicial de contagem da prescrição do IPTU é o dia seguinte à data em que venceu a cota única ou a primeira parcela.

'In casu', evidencia-se que, antes do ajuizamento da execução em tela (ocorrido em **15/12/2015**, como se verifica dos dados constantes do sistema informatizado deste E. Tribunal), já havia escoado o lapso prescricional relativo ao crédito de IPTU do exercício de 2010, considerando-se o vencimento em **10/03/2010**, conforme consta da respectiva CDA acostada à fl.04, tendo sido, portanto, corretamente reconhecida a prescrição originária referente ao débito 'sub judice'.

Nesse sentido, o entendimento desta C. Câmara:

1504371-16.2021.8.26.0286

Classe/Assunto: Apelação Cível / Taxa de

PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

Licenciamento de Estabelecimento

Relator(a): Walter Barone

Comarca: Itu

Órgão julgador: 14ª Câmara de Direito Público

Data do julgamento: 21/11/2023

Data de publicação: 21/11/2023

Ementa: EXECUÇÃO FISCAL. Itu. Taxa de Licença e Funcionamento. Exercício de 1994. Sentença que julgou extinto o feito, reconhecendo, de ofício, a prescrição originária do débito fiscal. Irresignação. Descabimento. Hipótese em que evidenciada a prescrição do débito tributário antes do ajuizamento da ação. Execução ajuizada em 27/11/2021, quando já transcorrido o lustrro prescricional relativo à exação com vencimento em 31/12/1994. Desnecessidade da prévia intimação da Fazenda Pública quando verificada a prescrição inicial (Tema Repetitivo nº134 do STJ). Extinção mantida. Majoração dos honorários advocatícios de sucumbência que não se aplica, pela ausência de fixação de tal verba na origem. Recurso não provido

2008190-49.2022.8.26.0000

Classe/Assunto: Agravo de Instrumento / IPTU/ Imposto Predial e Territorial Urbano

Relator(a): Rezende Silveira

Comarca: Lençóis Paulista

Órgão julgador: 14ª Câmara de Direito Público

Data do julgamento: 11/02/2022

Data de publicação: 11/02/2022

Ementa: AGRAVO DE INSTRUMENTO – EXECUÇÃO FISCAL – Taxa de licença e taxa de alvará – Vencimentos em 19.09.2016 e 17.04.2017 – ISSQN – Vencimentos em 22.08.2016 e 20.02.2017 – Insurgência em face de decisão que declarou prescritos os créditos tributários vencidos em 2016 e determinou o prosseguimento da execução em relação aos débitos do exercício de 2017 – Ajuizamento em 01.12.2021 - Prescrição – Ocorrência, antes do ajuizamento para os débitos com vencimento em 2016, considerando-se como constituição definitiva a data da notificação para pagamento ou à mingua desse dado, a data de vencimento da obrigação - Decisão mantida – Recurso improvido.

Registre-se, por oportuno, que incide, na espécie, a Súmula nº 409, do C. STJ: “*Em execução fiscal, a prescrição ocorrida antes da propositura da ação pode ser decretada de ofício (art.*

219, § 5º, do CPC)”, sendo certo que, conforme jurisprudência consolidada do C. Superior Tribunal de Justiça (Tema Repetitivo nº 134), a decretação da prescrição inicial independe de prévia oitiva da Fazenda Pública.

A propósito, confira-se a ementa do recurso representativo da controvérsia:

TRIBUTÁRIO E PROCESSO CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. IPTU. PRESCRIÇÃO. DECLARAÇÃO DE OFÍCIO. VIABILIDADE.

1. **Em execução fiscal, a prescrição ocorrida antes da propositura da ação pode ser decretada de ofício, com base no art. 219, § 5º do CPC (redação da Lei 11.051/04), independentemente da prévia ouvida da Fazenda Pública.** O regime do § 4º do art. 40 da Lei 6.830/80, que exige essa providência prévia, somente se aplica às hipóteses de prescrição intercorrente nele indicadas. Precedentes de ambas as Turmas da 1ª Seção.
2. Recurso especial desprovido. Acórdão sujeito ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução STJ 08/08. (STJ, REsp nº1.100.156, Rel. Min. Teori Albino Zvaski, j. 10.6.2009, DJe de 18.6.2009 - grifos não originais)

Destarte, de rigor a manutenção da r. sentença de extinção da execução fiscal em tela.

Inaplicável 'in casu' a majoração de honorários prevista pelo art. 85, §11, do CPC, ante a ausência de fixação de tal verba na origem.

Consideram-se prequestionadas e reputadas não violadas as matérias constitucionais e legais aqui discutidas e fundamentadamente decididas.

Ante o exposto, pelo meu voto, **NEGA-SE PROVIMENTO** ao recurso.

WALTER BARONE
Desembargador Relator